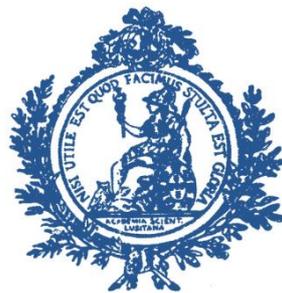


Ilídio do Amaral

**NÓTULAS HISTÓRICAS SOBRE OS PRIMEIROS
TEMPOS DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE
LISBOA**



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

CLASSE DE LETRAS

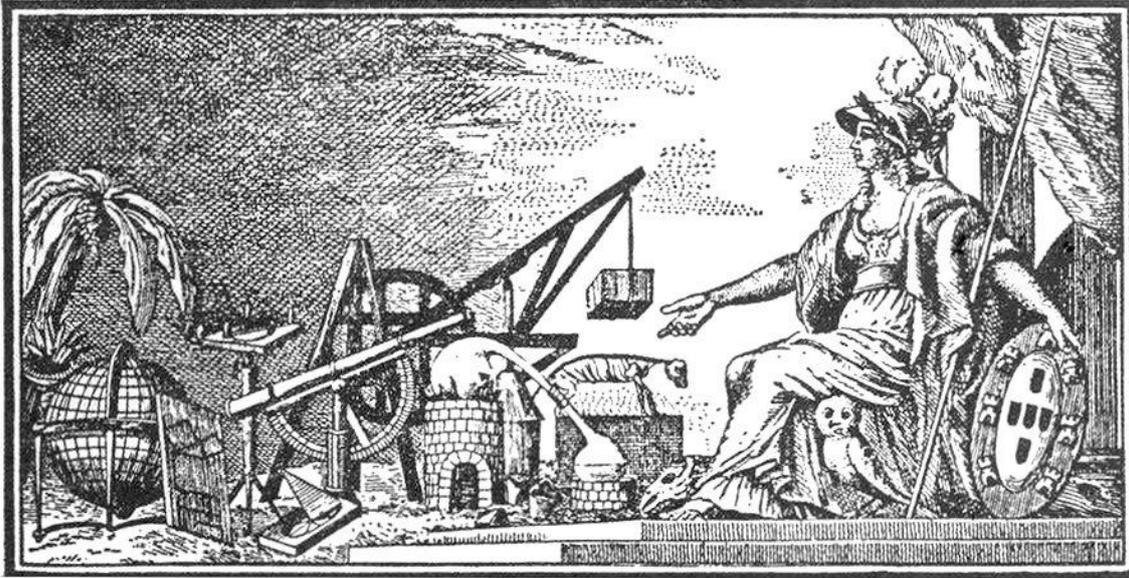
Ilídio do Amaral

**NÓTULAS HISTÓRICAS SOBRE OS PRIMEIROS
TEMPOS DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE
LISBOA**



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

CLASSE DE LETRAS



NÓTULAS HISTÓRICAS SOBRE OS PRIMEIROS TEMPOS DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

Ilídio do Amaral

(As Academias) “não são como os edifícios de pedras que somente esperam do tempo o decoro da antiguidade contrapesado com a ruína e decadência dos anos; pelo contrário, são como as tenras plantas que necessitam, essencialmente, de tempo para dele receberem aumento, vigor, formosura e fertilidade”. (Palavras do Padre Teodoro d’Almeida na Oração proferida na Sessão Solene de Abertura de Actividades da Academia, em 4 de Julho de 1780).

*

Estas “Nótulas históricas” preludiam um livro em elaboração adiantada com o título ainda provisório de “A fundação da Academia das Ciências de Lisboa no contexto das ideias na Europa de meados do século XVIII a meados

do século XIX". A propósito disso nunca é demais recordar um dos principais fautores da Academia, José Ferreira Correia da Serra, o Abade Correia da Serra (1751-1823), e nada melhor do que a utilização de alguns excertos seleccionados de dois textos da colecção dos seus manuscritos adquiridos pela Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD) no início de 1995 e oferecida aos Arquivos Nacionais-Torre do Tombo, onde podem ser consultados e estudados.

Em Março de 1795 José Correia da Serra, ao ter de sair de Portugal (recorde-se que já vivera no estrangeiro a sua juventude, de 1756 a 1777), "furtivamente", por lhe ter chegado aos ouvidos "a notícia que sua pessoa não estava segura no país" (1), deixou os seus livros e papéis no Palácio do Duque de Lafões, D. João Carlos de Bragança, seu amigo e protector, figura de proa da fundação da Academia das Ciências de Lisboa, mas do qual não se conhecem textos que possa ter escrito acerca dela. Os papéis de Correia da Serra acabaram por ser "reunidos num maço, firmemente amarrados com cordel e cuidadosamente rotulados com uma caligrafia floreada: 'Abade Jozé Corrêa da SERRA. NIL'", que assim "ficou a ganhar poeira /.../ durante quase duzentos anos", até ser adquirido, em 1975, "por um coleccionador, antiquário e escritor", do qual a FLAD viria a comprar "o grosso do maço" (2).

Numa carta de 22 de Maio de 1795, em resposta à primeira que Correia da Serra lhe escreveu depois de chegar a Londres, o Duque de Lafões mostrava-se preocupado pelo amigo ter partido "mal provido de roupa" e de dinheiro. Por isso mesmo prometia enviar-lhe os proventos que lhe pertencessem (pensões e rendimentos a que tinha direito), juntando algum de sua bolsa. Noutra de 23 de Setembro o Duque procurava sossegar o amigo quanto aos livros e aos papéis que ele deixara no Palácio. Saltando cinco anos de correspondência, em Março de 1800 o Duque voltaria a informar que os livros e os papéis estavam bem guardados, mas lembrava que alguns pertenciam "de direito à Academia."

Um ano depois, a 7 de Maio de 1801, as palavras do Duque eram de desânimo: "... velho, ministro de Gabinete sem uso, general sem Forças e entre gente que se diz patriota e não pensa senão na sua conveniência ou em derrubar uns aos outros." E em carta de 1 de Novembro de 1804, quando Correia da Serra já estava em Paris, o Duque, muito doente (morreria dois anos depois, com 87 anos de idade), utilizando a esposa como escrevente, informava o amigo do seguinte: "Os seus livros, que eu disse ficavam inventariados" (comunicação feita em cartas anteriores), "os mais deles, como um S. Basílio ou um Eusébio, são uns bacamartes mui pesados que melhor fora vender aqui, e lá não faltam nas bibliotecas. Os papéis também são volumosos e é necessário advertir que uns deles são os seus primeiros estudos que não podem já interessar e os outros coisas pertencentes a Portugal, que assentando que V. Mcê. aqui não voltará, melhor fora dar-mos a mim para meu proveito, assim como também me devem pertencer os poucos excelentes elogios dos nossos confrades académicos, os

quais, por serem escritos em português, os não pode V. Mcê. em Paris ler a ninguém” (3).

O modo “furtivo” da saída de Correia da Serra de Portugal, “mal provido” de roupa e a informação de que “aqui não voltará” relacionam-se com o facto de ele estar na eminência de ser preso pela polícia de Pina Manique, que há muito o vigiava, e também ao Duque de Lafões, a Joaquim José Ferreira Gordo, a António Pereira de Figueiredo, a Teodoro de Almeida, todos eles ligados à Academia das Ciências, e a muitos outros, em Lisboa e noutras cidades, designados pelo poderoso Super-Intendente como “filósofos modernos”, jacobinos e maçons nas suas *Contas da Intendência da Polícia para as Secretarias de Estado* e em ofícios e cartas para o Secretário dos Negócios da Fazenda, que era o Marquês de Ponte de Lima (Visconde de Vila Nova da Cerveira), e também para o Ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, figura proeminente no gabinete do Príncipe Regente D. João (4).

Num longo ofício de 6 de Novembro de 1794 o Intendente comunicava ao Marquês de Ponte de Lima que, de tarde, a Praça do Comércio era frequentada por certas pessoas que requeriam vigilância policial, entre as quais “um francês” que já estivera “preso no Limoeiro, o Abade Correia da Serra, amigo particular” do ministro (Coronel Humphreys) e do cônsul (Edward Church) dos Estados Unidos da América, e que eles iam “à casa do Duque (de Lafões) /.../, e todos” se juntavam “numa quinta em Braço de Prata, denominada dos Alfinetes”, onde acorriam outras pessoas.

No mesmo ofício eram incluídos os nomes de Luís Caetano de Campos, frequentador de livreiros franceses tidos como jacobinos, autor de uma obra longa e incompleta, *Viagens d’Altina nas cidades mais cultas da Europa e nas principais povoações dos Balinos, povos desconhecidos de todo o mundo* (Lisboa, 1790-1793, 4 tomos), começada a publicar um ano após a Revolução Francesa, uma utopia de tipo swiftiano, com ideias liberalistas e em que a personagem principal é uma mulher; de dois franceses que já tinham sido expulsos do País; de um representante de uma importante empresa industrial francesa; de um “cravador de pedras”, também de nacionalidade francesa; do naturalista Pierre Broussonet; de empresários da praça de Lisboa como Jácome Ratton (naturalizado português), João Jacob Poppe e os seus irmãos, e Francisco Álvaro da Silva, “um refinado jacobino e maçã com grau de mestre”. Havia ainda um “alemão escolhido pelo Abade Correia da Serra da casa do Duque de Alafões”, o que fazia ver como ele “era perigoso em casa do Marechal General”. Em ofício de 19 do mesmo mês era acrescida a informação que tais pessoas seriam “espiões que a Convenção Nacional” da França tinha em Lisboa, “para avisarem os corsários para apanharem os navios interessantes e paquebotes” (do inglês *packet-boat*) /.../ “de todas as nações aliadas”.

Na opinião de Pina Manique, os que estavam relacionados com o Duque de Lafões comprometiam-no, sobretudo o “dito Abade”, que tudo levava a crer ser, “com efeito, um homem perigosíssimo”. E recordava ao Marquês de Ponte

de Lima que já lhe pedira, havia “três ou quatro meses”, que admitisse à sua presença “um francês” para ouvir dele o que envolvia, “desgraçadamente, o Duque de Lafões com o Abade Correia da Serra”. Este promovia a circulação clandestina de textos “filosóficos” e “papéis incendiários”; contudo, não sendo o único a fazê-lo, a sua culpa era tida como maior pelo facto de ser um protegido do Duque.

As informações negativas sobre José Correia da Serra agudizaram-se depois da chegada a Lisboa do médico e naturalista Pierre Broussonet, “um daqueles sanguinários do partido de Robespierre”. Conforme se pode ler noutros ofícios, o Abade circulava em carruagem pela cidade, acompanhado pelo francês; introduzira-o “em algumas partes onde (ele) não deveria entrar; hospedara-o “na Academia das Ciências de Portugal como Irmão”; o francês ficava “algumas vezes na Casa do Espírito Santo com o padre Teodoro de Almeida e outras com o abade Correia da Serra e isso suscitava a ideia de que (ele), “com as suas mal intencionadas intenções” quisesse “entrar e ganhar o conceito de algumas pessoas de sexo frágeis, com o fim /.../ de lhes disseminar as suas erróneas e sediciosas doutrinas e contaminar o todo”.

Enquanto procurava encontrar motivos fortes para meter Correia da Serra na prisão, Pina Manique encarniçava-se contra os estrangeiros relacionados com o Abade e até mesmo com o Duque de Lafões, utilizando vários argumentos. Seria forçoso expulsar do País o ministro e o cônsul dos Estados Unidos, “dois republicanos /.../, perigosíssimos e famosos ‘frimaçons’ com graus de mestres”, porque tinham, “sem hesitação alguma, os seus corações na Convenção Nacional de Paris”. A presença do naturalista Broussonet no País, um “jacobino e pedreiro livre” era “prejudicial ao serviço de Sua Majestade e à tranquilidade pública” porque, “com os seus talentos mal aplicados”, arrastaria “alguns ao seu precipício”, o que obrigaria Sua Majestade “a lançar mão da força”.

Em ofícios de 7 de Maio de 1799 e de 2 de Maio de 1801 Pina Manique informava que tinham sido presos pedreiros livres que “andavam pelas lojas de bebidas, pelas tabernas, pelas casas de pasto, pelas de bilhar e pelas praças” de Lisboa, “com arte dissimulando a mal entendida liberdade e igualdade”; e que já havia “cinco lojas de pedreiros livres e irlandeses iluminados no Reino /.../, estando nesta infame sociedade muita gente de todas as hierarquias”.

Tudo mostra que as acções persecutórias do Intendente Geral da Polícia Diogo Inácio Pina Manique contra a maçonaria, que ele identificava, erradamente, com o filosofismo e o jacobinismo, tinham o aval da classe política dominante, que via nisso o modo de proteger o *statu quo* do regime monárquico vigente. Em tais circunstâncias o governo deixava procedimento livre àquele alto funcionário. Em 1795, o ano em que José Correia da Serra, por motivos anteriormente referidos, teve de sair “furtivamente” do País, segundo as palavras de Jácome Ratton nas páginas 330 e 331 das suas *Recordações*, o Marquês de Ponte de Lima, Ministro da Fazenda desde 1790, “a ter no

Ministério a mesma influência e graduação que tivera o Marquês de Pombal”, todavia não se aproveitava de tais condições de peso porque possuía “um carácter tão irresoluto que não era capaz por si só de deliberar coisa alguma, deixando-se levar das opiniões daquele que mais decididamente lhe falava, fossem ou não bem acertadas, em quanto outras opiniões contrárias o não reconduziam à sua natural irresolução, resultando disto gastar-se o tempo em exames e contra-exames e ficarem quase sempre os negócios por decidir”.

*

José Correia da Serra, ao sair de Portugal em 1795, com 44 anos de idade, demorar-se-ia por cerca de 26 anos no estrangeiro, oito dos quais (1812-1820) nos EUA. Os seus dois manuscritos agora utilizados têm por títulos *Anotações do Livro da Reflexão Instrutiva e História da Academia Real das Ciências desde o seu estabelecimento em 1780 até 1788* (fig.1) ano em que José Correia da Serra se tornara seu Secretário Perpétuo, substituindo o Visconde de Barbacena, Luís António Furtado de Castro do Rio de Mendonça e Faro, entretanto nomeado Governador e Capitão General de Minas Gerais. Os documentos, muito semelhantes entre si, constituem autênticos registos do nascimento da “nova Sociedade” no último quartel do século XVIII.

Dos excertos que se transcrevem, com pequenas alterações, para lhes dar melhor legibilidade, e o mesmo foi feito com os ocorrentes noutros locais das “Nótulas históricas”, o primeiro é o seguinte: “A maior parte da literatura europeia do século presente é excitada e conservada pelas Academias das Ciências e de Filosofia. Todas as nações cultas da Europa têm Academias, somente Portugal não tem tido senão academias de poesia, ou de história nacional, mas o grande teatro da Natureza, de que nós somos os espectadores e partes”, carece da “ciência, que até agora não tem tido cultura em Portugal; mas (d)as luzes, que debaixo do glorioso governo presente se tem introduzido em Portugal, me dá lugar de esperar que quem tem principiado, felizmente e com tanta sabedoria, a reforma do Reino, (possa) concluir os nossos desejos e as nossas ferventes expectativas”. Por falecimento de D. José “restava, porém, um passo que dar para acelerar o progresso das Luzes em Portugal”, o que (se) ficou a dever “ao pacífico e feliz reinado” de D. Maria I.

Sem poder deixar de se referir à importância que teve a reforma da Universidade de Coimbra, Correia da Serra sublinhou quanto ela “fez de novo raiar a luz e tornou a meter os portugueses nas únicas veredas que levam ao verdadeiro saber. As ciências antigas voltaram a ensinar-se com princípios e métodos e as que entre nós não havia ele” (entenda-se, para o autor, D. José I), “as introduziu em Portugal. Desde esta memorável época começaram os nossos nacionais a voltar seus olhos para o estudo da Natureza e para as ciências

exactas, e cada ano viu multiplicar-se o número dos que as amam e cultivam, e crescer ao mesmo passo a curiosidade e atenção do público para estudos de que tanto depende a sua felicidade.”

De outro excerto são expressões de Correia da Serra: “As pessoas que em Portugal se interessavam ao progresso das ciências estavam persuadidas destas verdades e desejavam ver entre nós um semelhante estabelecimento. Realizaram-se estes desejos em 1779 com a chegada a este Reino do Duque de Lafões, D. João de Bragança. A viva parte que o Duque toma nos progressos das Letras que cultivava ajuntou ao redor dele os que a mesma paixão animava e que o seu exemplo veio acalorar. A identidade dos desejos formou a união; começaram-se em sua casa as conferências para a formação do novo corpo, e no fim do ano apresentou-se a Sua Majestade o /.../ Plano de Estatutos, assinado pelas pessoas que então compunham a nascente Academia”. E essas pessoas são indicadas do seguinte modo: “Duque, Vandelli, Barbacena, Almeida, Foyos, Faustino, Fonseca, Costa, Portugal, Mascarenhas, Alcaçova, Corrêa” (5).

A aprovação régia daquele Plano de Estatutos, considerados provisórios, foi comunicada ao Duque de Lafões “por Aviso da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino de 24 de Dezembro”, redigido nos seguintes termos: “Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor. Tendo sido presente a S. Majestade o Plano dos Estatutos pelos quais se destina regular a nova Academia das Ciências que V. Ex.^a louvável e eficientemente promove, posto que a mesma Senhora não duvida que os sócios, que já o são, e os que ao diante forem, encherão as vistas dos mesmos Estatutos, contudo, por que os haja de aprovar e confirmar, permite S. Majestade que, pondo-os em prática a mesma Academia, se veja primeiro e pela experiência com eles combinada se são correspondentes aos estatutos e progressos literários que fazem os objectos da sua aplicação ou se necessitam de serem alterados em alguma das suas partes, para que, com este último complemento devido à experiência e ao adiantamento das ciências, hajam de ser presentes a S. Majestade os referido Estatutos com as reflexões que mostrar a mesma experiência, para lhe acordar a sua Real confirmação. O que a mesma Senhora manda declarar a V. Ex.^a para que, participando-o assim aos sócios da mesma Academia, se pratique na referida conformidade. Deus guarde V. Ex.^a. - Paço, em 24 de Dezembro de 1799. - Visconde de Vila Nova da Cerveira” (6).

Ainda a propósito do Plano, é de notar que, como sintetizou o sócio José Monteiro da Rocha, Lente de Matemática e Vice-Reitor da Universidade de Coimbra, Director do Observatório Astronómico, havia a ideia clara de que “o ponto capital da Academia” não estava “tanto em se lhe darem Estatutos excelentes, como em se criar e animar com o espírito” que convinha “aos fins” para que a Academia se estabelecia; que o espírito de uma corporação” resultava “colectivamente do espírito de todos os seus membros, ou da maior parte deles”; e o que devia “reinar na Academia era o que contribuía “para se trabalhar com fruto na indagação da verdade”. A Academia devia

comprometer-se a não incluir “nas suas Memórias senão coisas novas ou aperfeiçoadas de maneira que interessem ao público” (7).

As reservas transparentes no Aviso estiveram ligadas, certamente, a determinados objectivos demasiado ambiciosos do Plano, que almejavam alguns fins muito amplos, que poderiam colidir com outras áreas ou sectores da governação. Refiram-se os casos dos capítulos IX a XII. O primeiro visava a participação da Academia no “adiantamento da instrução nacional” pela recepção e acompanhamento dos estudos de “vinte e quatro alunos, moços nobres, de doze anos para cima”, com preferência dada aos filhos de sócios, “fazendo-os assistir /.../ às sessões” que parecessem adequadas, para excitar “entre eles a emulação e gosto para as ciências e para o estudo”. A proposta não teve concretização porque cedo foi vetada por alguns sócios que defenderam que a Academia, sendo uma instituição de “invenção”, não devia ocupar-se da “instrução elementar” e que, além disso, na falta de uma boa instrução de base seria contraproducente pôr gente tão nova a assistir a sessões académicas.

No capítulo X, sublinhava-se o intuito da Academia fazer diminuir a “grande distância” entre “as observações e cálculos da Natureza” e a “prática dos agricultores, oficiais mecânicos e outros membros do corpo civil”, sem que as comunicações dela com “os últimos ramos da indústria popular” fizessem perturbar as suas “diligências e investigações contínuas”. Nesse sentido, formar-se-ia “uma Junta ou Comissão para a Indústria, composta de oito sócios” e um director eleitos por três anos. E como complementos, no XI acrescentava-se que a Junta ou Comissão empregaria todos os meios possíveis para o aumento da agricultura, das artes e da indústria popular, quer “consultando e solicitando o parecer de sujeitos práticos e inteligentes”, quer “estimulando e esportando a emulação com algumas recompensas; quer averiguando e recolhendo os descobrimentos novos e práticas úteis dos estrangeiros que nos forem próprias, propondo-as e facilitando-as aos nossos nacionais; quer, sobretudo, procurando introduzir o amor à ocupação e a toda a espécie de trabalho que possa redundar em benefício da Pátria”.

Pelo capítulo XII, além daquela Comissão que, pela sua importância, deveria “ser perpétua na Academia”, esta poderia criar outras, extraordinariamente, “para o desempenho e execução dos seus projectos. Os membros” dessas comissões, porém, “não somente se” conservariam “por todo o tempo” da sua duração, como a Academia não lhes daria “mais nenhum de novo que não” fosse “agradável e bem aceito aos primeiros”.

A Junta para a Indústria chegou a ser formada e deu início a alguns trabalhos, mas acabou por cair no esquecimento. Segundo Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato deveu-se isso “ou porque não se tivesse ainda determinado um plano fixo que a regularia; ou porque faltassem à Academia os meios para suprir as despesas necessárias; ou porque o projecto vastíssimo que a este respeito lhe apresentaram os seus sócios italianos” (provável referência a Vandelli, a Dalla Bella, a Franzini) “devia ser ponderado com grande reflexão e

oportunamente auxiliado, visto exceder muito as faculdades e poderes duma Sociedade” como a Academia (8).

Para facilitar a missão da Junta ou Comissão considerou-se, em assembleia de sócios efectivos de 27 de Março de 1790, a criação de “Sociedades de Agricultura Correspondentes”, como órgãos provinciais organizados de forma muito simples. De acordo com uma minuta do Secretário da Academia, mas sem constar de qualquer Acta, o que significa que nunca foi discutida em Assembleia ou Plenário, todos os seus sócios deviam ser proprietários de terras e os limites de actuação de cada sociedade seria circunscrito ao da vila onde se estabelecesse; escolheriam dentre si um director e um secretário pelo tempo que o governo achasse por bem, e fariam reuniões semanais. A Academia deveria pedir ao governo que expedisse ordens às Câmaras e Ministros para que ajudassem tais sociedades com a sua autoridade e com os meios que lhes competissem. Não há notícias de que alguma vez se tivessem estabelecido e difundido tais Sociedades de Agricultura ligadas à Academia (9).

*

Esta proposta de criação de Sociedades de Agricultura merece algumas reflexões porquanto a ideia já fora referida em correspondência trocada entre o Visconde de Barbacena e Domenico ou Domingos Vandelli em vários memorandos de 1779 (provavelmente desde Janeiro), muito antes da apresentação e aprovação régia do Plano de Estatutos.

Primeiro que tudo, é sabido que tais sociedades já existiam, pelo menos em meados do século XVIII, em diversas partes da Europa, como na Bretanha (desde 1756), na Irlanda (1762, a *Economic Society of Friends of Dublin*), em Berna (1762, a *Wirtschaftliche Gesellschaft von Freunden*), na Toscânia e noutras regiões.

Na vizinha Espanha celebrizou-se o *Plan de una Sociedad Económica o Académica de Agricultura, Ciência y Artes utiles y Comercio adaptado a las circunstancias y economia particular da M.N. y M.L. Província de Guipúzcoa* elaborado em 1763 por três amigos de Guipúzcoa (país Basco) – o Conde de Peñafiorida, Francisco Javier de Munibe e Idáquez (1729-1785), o Marquês de Narros, Joaquín Maria de Egúia y Aguirre, e Manuel Ignacio Altuna y Portu, amigo pessoal de Jean-Jacques Rousseau que conhecera em Veneza – a que se foram juntando outras pessoas que em viagens de estudos e contactos com iluministas de vários países, nomeadamente na França, tinham absorvido muitas das ideias novas e ao regressarem às origens sentiram-se ainda mais desolados perante os atrasos da sua região e do resto da Espanha. Assim, em reuniões no Palácio do Conde de Peñafiorida, em Azcoitia, foi elaborado aquele plano de criação de uma sociedade que ficaria mais conhecida por “Sociedad Vascongada” (ou Bascongada) “de los Amigos del Pais”, depois aprovada por decreto real de 8 de Abril de 1765. Numa altura em que dominavam os

sentimentos de Pátria e patriotismo, de Humanidade e humanismo, da importância do Homem, o Plano terminava com a seguinte exortação: “Amigos, amai o vosso solo pátrio, amai a vossa glória recíproca, amai o Homem, e mostrai-vos dignos do País e dignos da Humanidade inteira!”.

Os objectivos da Sociedade eram amplos e ambiciosos. Incluíam os da instrução de jovens (o Seminário de Vergarés ou Vergara ganhou tal prestígio, que Miguel Unamuno o qualificou como verdadeiro “alfobre de gente ilustre”), incluindo a de raparigas (em Vitória), a criação de escolas profissionais, a abertura de pólos ou sucursais em várias vilas e cidades, as conferências e reuniões sobre filosofia e religião, sobre a língua, as artes (a reforma do teatro, os concertos musicais) e as ciências, etc., uma lista bastante longa (10).

Mas, mais do que isso, as ideias e o dinamismo de “Los Caballeritos de Azcoitia”, cognome que foi dado aos três promotores pelo jesuíta José Francisco de Isla, num momento de polémica acesa pela crítica feita por um dos Vascongados à sua obra satírica *Historia del famoso predicador fray Gerundio de Campazes, alias Zotes (1758 e 1770)*, transparecem no *Tratado de la regalia de amortización* (1765), no *Discurso sobre el fomento de la industria popular* (1774) e no *Discurso sobre la educación popular de los artesanos y su fomento* (1775) de Pedro Rodriguez de Campomanes (1723-1802), o ministro reformador de Carlos III. A este ministro se ficou a dever a criação, em 1775, do equivalente governamental da “Sociedade Vascongada”, isto é, a “Matritense” – Sociedade Real de Agricultura de Madrid cujo modelo não só foi difundido por toda a Espanha (no reinado de Carlos III, de 1759 a 1788, foram autorizadas 138, das quais 33 na Andaluzia), como também exportado para as suas possessões ultramarinas. Ainda hoje continuam a funcionar muitas dessas sociedades, mesmo nos países hispano-americanos que se tornaram independentes, com regulamentos adaptados às circunstâncias actuais.

No livro anunciado na abertura destas “Nótulas históricas” tais matérias constituirão um capítulo desenvolvido porque com elas se relacionam uma nota curta de J. Correia da Serra nos seus inéditos intitulados *Extraits de mes lectures*, pequeno caderno sem data, mas que poderá ter sido feito em 1775 ou 1776, e as referências muito gerais em cartas do Visconde de Barbacena para D. Vandelli, datadas de 1779, em resposta a insistências deste, cujos originais constituem um volume existente nos arquivos da Academia, doado por Alexandre António Vandelli (11).

J. Correia da Serra, nos seus “Extractos de La Real Sociedad Bascongada, en Bilbao 1775”, não poupa elogios ao que fizera um grupo de homens “pelo seu país /.../ durante o ano último”. Note-se que esta referência ao “ano último” só pode ser a um relatório, pois que a Sociedade Bascongada existia, oficialmente, desde 1765. Segundo ele, tal sociedade, “difundida em toda a Espanha e não tendo por objectivo senão fazer florir uma província”, era uma “Instituição singular”, de grande plano, com “maravilhosos efeitos de /.../ abranger toda a Nação”, preparado por “um corpo de gentes de Letras e de

Senhores tendo o Rei por chefe, e grandes por Directores”, sendo “um canal aberto entre todas as gentes que pensam e a corte do Soberano”. J. Correia da Serra misturou aqui, certamente, as actividades regionais da Bascongada com a expansão nacional da Matritense.

Quanto a Portugal, é bom recordar que o Visconde de Barbacena tinha sido aluno de Vandelli em Coimbra e que o substituíra, algumas vezes, na leccionação de certas matérias. Assim, muito sinteticamente, citam-se apenas algumas frases sobre as sociedades agrícolas extraídas de cartas do primeiro, nas quais aparecem de mistura com as de assuntos respeitantes ao projecto da formação da Academia: “no Ministério presente não descubro maior propensão para esta casta de estabelecimentos /.../”, porém, “não me parece desacerto que da nossa parte concorramos quanto nos for possível para uma obra tão útil” (carta não datada, mas que só pode ser do início de 1779, talvez mesmo de Janeiro); “cedo começarei a trabalhar no projecto recomendado”, certamente por Vandelli (idem, idem); “queira V. S.^a mandar-me uma Memória sucinta do que lhe lembrar sobre o estado actual da agricultura deste Reino e das vantagens que ele pode tirar de um tal estabelecimento” (carta de 27 de Fevereiro); “soube que o corregedor de Viana e algumas pessoas principais desta vila intentam formar uma semelhante sociedade e têm já feito um requerimento à Rainha pedindo o seu consentimento e aprovação, o qual não despachou ainda e está encarregado a um homem de negócio que me dizem ser muito bem instruído” (carta de 20 de Março de 1779); o tal homem “chama-se António Roiz de Oliveira, todos me afirmam que é sumamente curioso” (carta de 27 de Março de 1779); “tenho em meu poder algumas memórias ou ensaios de algumas das sociedades espanholas, que me têm servido e hão-de servir de muito” (também na carta anterior). E depois desta, na colecção de cartas de Barbacena para Vandelli e algumas de Correia da Serra também para Vandelli, que vão até 1788, nada mais se encontra sobre as sociedades agrícolas.

A referência às “memórias ou ensaios de algumas das sociedades espanholas” não deixa dúvidas quanto à matéria que se tratava. Nesta fase das pesquisas só é possível acrescentar que em Portugal teve pouca expressão aquele tipo de sociedades, salvo o caso de uma em Ponte de Lima, a “Sociedade Económica dos Bons Compatriotas, Amigos do Bem Público”, e a “Sociedade Literária Tubuciana” de Abrantes em 1802 que, apesar da designação, também foi uma sociedade económica.

A primeira, criada em 1779 por um grupo de notáveis da terra, impulsionado pelo corregedor da Comarca de Viana, Manuel da Silva Baptista de Vasconcelos, com o beneplácito do Arcebispo de Braga D. Gaspar de Bragança, propunha-se seguir de perto o modelo espanhol das Sociedades Económicas de Amigos do País: desenvolvimento regional ligado à divulgação de conhecimentos úteis, sobretudo benéficos para a implementação da agricultura, da indústria popular e dos circuitos comerciais. O ilustre cirurgião e “filósofo” Manuel Gomes de Lima Bezerra, fundador da “Real Academia Cirúrgica Prototypo-Lusitanica Portuense”, no Porto (1748), em nome daquela

Sociedade, da qual fora eleito sócio honorário, escreveu uma “memória” que enviou à Academia das Ciências de Lisboa, criada alguns meses depois do início de actividades da sociedade limiana (12).

Da segunda sabe-se que nasceu de uma comissão de indústria da seda formada em 1800 (a Academia Tibuciana), ligada à plantação feita em 1771 de três mil pés de amoreira na periferia de Abrantes, particularmente em Mouriscas, Rio de Moinhos e Abrançalha. Em 1802 foi fundada a Sociedade Literária Tibuciana por diversos maçons, entre os quais Diogo Soares da Silva e Bívar e Filipe Ferreira de Araújo e Castro, juiz de fora de Abrantes. O primeiro, nascido no Rio de Janeiro em 1785, formado em Coimbra, espírito liberal, por ter alojado Junot numa propriedade sua em Abrantes, viria a ser condenado por colaboracionista, com degredo em Moçambique. Contudo, desviado o rumo do navio para a Bahía, aqui conseguiu ficar e obteve, tempos depois, a revogação da condenação. O segundo (1771-1849), também com formação coimbrã, seria Ministro do Reino de Novembro de 1821 a Junho de 1823; grande amigo de Silvestre Pinheiro Ferreira, foi defensor das ideias fisiocráticas.

*

Voltando aos manuscritos de José Correia da Serra sobre a fundação da Academia, “não foi o Real beneplácito o único favor que Sua Majestade se dignou fazer à Academia nesta ocasião. Mandou dar-lhe para sua residência as salas em que tinha tido assento a Junta dos Três Estados no Palácio das Necessidades, e na tarde do dia 7 de Janeiro” (de 1780) “veio o Visconde Ministro e Secretário de Estado a pôr de posse delas a Academia e dar-lhe no berço as primeiras provas do zelo com que em todo o tempo favoreceu os programas desta Sociedade e solicitou ao pé do Trono quantas mercês ela tem alcançado”. Tratava-se do Visconde de Vila Nova da Cerveira, depois Marquês de Ponte de Lima, que, no dizer do empresário Jacome Ratton, na página 330 das suas minuciosas *Recordações*, era um “homem de grande erudição em ciências teológicas, muito timorato, incapaz de fazer mal com conhecimento de causa, extremamente devoto, ainda que mui inchado da sua fidalguia e puritanismo, mas pouco, ou nada, instruído em matérias políticas, económicas ...”.

Segundo Correia da Serra, “a 17 de Janeiro /.../ se juntaram os sócios fundadores na nova casa, constituíram-se em corpo autorizado, com a permissão da Soberana, e elegeram para seu Presidente o Duque de Lafões, para Secretário o Visconde de Barbacena, Luís António Furtado, para Director da Classe das Ciências de Observação a Domingos Vandelli, para o mesmo lugar das Ciências de Cálculo a D. João de Almeida Portugal, Marquês de Alorna, e na Literatura Portuguesa a D. Miguel de Portugal e Castro”. José

Correia da Serra só não registou que ele próprio fora eleito Vice-Secretário. “Começou desde este ponto a existir em Portugal uma Sociedade unicamente destinada ao adiantamento das Ciências, das Letras e das Artes, e queira o Céu que por dilatados anos muitos e mui venturosos efeitos façam este dia tão memorável aos olhos da posteridade quão respeitável é a sua lembrança para a sociedade que nele teve princípio. Escolheu a nova corporação para seu selo a figura de Minerva com as armas reais na sua égide, e por divisa o verso de Fedro *Nisi utile est quod facimus stulta est gloria*”. Foi a “4 de Julho, dia de Santa Isabel, Rainha destes Reinos, que a Academia escolheu para sua Patrona, que se deu princípio às assembleias literárias, com uma pública a que assistiram Suas Altezas o Sr. D. António e o Sr. D. José, os Ministros de Estado e a principal nobreza do Reino. Leram-se nela várias memórias e recitou uma Oração de abertura o padre Teodoro d’Almeida”.

Essa Oração levantou grande polémica porque o ilustre oratoriano, na parte inicial, ao pretender dar uma ideia do quanto a Academia modificaria o estado de atraso e marasmo culturais do País, sobre isto citou afirmações que ouvira no estrangeiro, enquanto imigrado, que chegavam ao ponto de dizer que “as gazetas literárias” mais correntes, guardavam “do Portugal o mesmo silêncio que de Marrocos”. Ora bem, lendo-se o resto da Oração, plena de elogios a figuras e a valores portugueses notáveis, por outros invejados, à língua, “talvez a mais preciosa de toda a Europa, a filha primogénita e mimosa da Latina”, logo se vê como os que levantaram a polémica, e alguns não se coibiram do uso de termos soezes (13), preferiram fixar-se apenas na comparação de Portugal com Marrocos, que nem sequer era da responsabilidade do orador, mas sim de alguns estrangeiros.

Não deixa de ser curiosa a falta de reacções idênticas às dos detractores do padre Teodoro de Almeida a outras notícias sobre a desinformação estrangeira acerca de Portugal. Recordam-se apenas dois casos: as impressões colhidas na Alemanha e transmitidas por um luso-brasileiro, e as descrições de um francês que viveu algum tempo em Lisboa. Dez anos depois da Oração do Padre Teodoro de Almeida, José Bonifácio Andrada e Silva, enquanto bolseiro da Coroa na Alemanha, numa carta dirigida a Correia da Serra dava conta que nesse país “todos se espantam de verem viajar portugueses em cata de ciência”, e ele próprio perguntava: “Quando cessarão” tais espantos? “Quando seremos nós mais conhecidos na Europa sábia?” “Donde virá esta desastradíssima apatia anti-literária que reina na nossa terra? E não será a Academia também culpada nisso? Bem pudera aguilhoar mais e mais as obras de Filosofia natural sobre o Reino e Conquistas” (14).

Passados poucos anos, em 1797, da autoria do médico francês Jean-Barthélémy-François Carrère, apareceu o volume *Tableau de Lisbonne en 1796* em que, em 443 páginas, acumulou imagens ultra-deprimidas e por vezes ultrajantes da cidade, das pessoas, dos comportamentos sociais e das instituições (15). Não ficou de fora a Academia das Ciências (pp. 247 a 257) sobre a qual, começou com uma forte ironia: “Lisboa tem uma Academia Real

das Ciências: é um grande nome que se impõe. Lisboa, portanto, tem sábios e um lugar onde se honram e cultivam as ciências ... *Risum teneatis amici*, não é mais do que um 'batôn' que flutua na água, que, visto de longe parece por vezes um grande barco. Esta Academia é um composto monstruoso de pessoas que não sabem e não fazem nada, de pessoas que não sabem e não querem fazer nada, e de pessoas que não se agitam muito para terem o ar de fazer alguma coisa, que não fazem mais do que aqueles que nada fazem". No mesmo tom chocarreiro foi acrescentando que na sexta classe, "a dos correspondentes", com número ilimitado, havia na altura 104 sócios, uns residiam em diversos lugares de Portugal, outros eram sábios estrangeiros cujos nomes tinham sido escolhidos pela Academia para ornarem a sua lista e que, contudo, e do mesmo modo que os associados estrangeiros, ignoravam que ela existia; o público português dava pouca atenção às produções da Academia, não tinha muito boa opinião sobre os seus sábios, e o das outras nações ainda menos, não os conhecia, nunca ouvira falar deles; etc., etc.

Pela citação do número de sócios correspondentes, terá consultado o *Almanach para o Anno de 1795*, impresso na Tipografia da Academia das Ciências pois que, apenas por uma diferença de 3, o total daqueles sócios era de 101, sendo 92 de número e 9 estrangeiros. Do total global de 185 sócios de vários tipos, além dos já mencionados, 17 eram honorários (membros da nobreza, do clero e titulares de altos cargos públicos), 6 veteranos (do professorado e do clero), 37 livres (de várias profissões mas com predomínio de 10 lentes universitários, seguidos de 6 cientistas e 5 clérigos); nas três classes, Naturais, Exactas e Literatura Portuguesa, havia 8 sócios em cada uma das duas primeiras e 6 na terceira.

Essa visão negativa da Academia é contrariada, de certo modo, pelas duas obras do artista e arqueólogo inglês James Cavanah Murphy que viveu em Portugal nos anos de 1788 a 1790 (16). Para ele a Academia "contribuiu /.../ com as suas investigações, escritos e prémios, para incentivar no Reino um espírito industrioso /.../". Os seus membros, "com louvável emulação, em florescente comércio com o estrangeiro" assumiram "o propósito de promover a economia do país". De tal modo que se podia considerar que essa instituição marcara "a era do retorno ao conhecimento útil em Portugal". Já tinham sido "publicados diversos volumes" sobre "a agricultura, as artes, o comércio e a economia em geral, /../ os principais objectos de investigação". No entanto, o autor não deixou de referir que a debilidade das ciências em Portugal se devia a vários factores, como à falta de apetência da nobreza para aqueles domínios, a escassa comunicabilidade entre os estudiosos clericais e a sociedade nacional e mesmo a estrangeira, aqueles confinados, salvo raras excepções (citadas as do abade Correia da Serra e do padre Sousa), em sombrias celas. Já muito antes D. Luís da Cunha (1662-1749), na sua célebre Carta ao Príncipe D. José, assacava à nobreza e à igreja, grandes proprietários de áreas imensas, os prejuízos para a Nação resultantes da existência de "muitas terras usurpadas ao comum, outras incultas e muitos caminhos impraticáveis /.../, manufacturas arruinadas e

perdidas”, comércio exausto. Ainda segundo ele, a terça parte de Portugal estava “possuída pela Igreja”, que não contribuía “para a despesa e segurança do Estado”; eram, os cabidos, as colegiadas, os priorados, as abadias, as capelas, os conventos de frades e freiras, ... (17).

*

A vida da Academia nunca foi tão fácil quanto se possa imaginar. Ora louvada, ora atacada; marcada pelo entusiasmo, a dedicação e o labor de muitos dos sócios, mas também pelo desinteresse de outros; apregoada como instituição nacional de alto nível, mas sofrendo também da desatenção da Coroa, de Ministérios e Secretarias de Estado, que se serviam dela quando lhes convinha; vista de longe e como misteriosa pela sociedade em geral, que não compreendia a sua utilidade; não escapou aos avatares políticos e religiosos que se tornaram mais intensos na primeira metade do século XIX.

Instalada em 1780 em salas do Paço das Necessidades, “ainda que o Pe. Corrêa não se inclinasse muito a” esse “sítio” (carta do Visconde de Barbacena para D. Vandelli), em 1792 mudava para um palacete na Rua do Poço dos Negros, esquina com o Beco do Carrasco. Em 1797 eram-lhe atribuídas “casas” ou salas no Palácio dos Condes de Castro Marim, também conhecido como Palácio do Monteiro-Mor do Reino e Palácio do Correio-Geral, situado no topo da Calçada do Combro, no cruzamento com a Rua Formosa (depois Rua do Século). Em 1800 nova mudança, agora para espaços do Palácio Sobral, ou dos Sobrais, bem perto, no Largo do Calhariz, edifício que o Estado viria a adquirir e a ceder à Caixa Geral de Depósitos (18).

Em Maio de 1823 a Academia recebeu ordens superiores para mandar examinar os “edifícios de São Bento (à Estrela), Jesus e Paulistas e declarar qual /.../ o mais acomodado para a sua colocação”, que teria de ser feita em tempo curto. A resposta, de 24 do mesmo mês, foi a de que em São Bento e nos Paulistas não havia condições favoráveis, salvo se fossem feitas obras “de uma grandíssima despesa”. Quanto ao convento de Jesus, onde já existia o Museu Mainense, posto sob a administração da Academia desde 24 de Dezembro de 1792, haveria instalações adequadas desde que fossem cedidos todo o “edifício da Livraria /.../ e parte do dormitório contíguo”, ainda que “conservando-se os padres”. Em qualquer dos casos também haveria que fazer obras dispendiosas para as quais a Academia não tinha meios financeiros, e nem mesmo para a mudança e a instalação de todos os seus departamentos e serviços.

Não obstante ter havido a informação de que estavam realizadas as condições da mudança da Academia para o convento de Jesus, e que haveria de ser rápida “pois que do primeiro de Julho próximo futuro em diante” ficava

“inteiramente cessando toda a despesa de aluguer da Casa” que ocupava, o que é certo é que isso não se deu para aquele convento, mas sim para o da Estrela, dos monges beneditinos, à ilharga do futuro Jardim da Estrela, onde os monges mantinham, nessa altura, um Colégio. A Academia teria de partilhar o edifício com esse Colégio, a Guarda Real da Polícia e depois com o Hospital Militar. Numa carta de 7 de Julho de 1827, de Alexandre António Vandelli, então “Guarda-Mor dos Estabelecimentos da Academia”, para o Bispo de Viseu, Par do Reino, isso é muito claro: “Na ocasião da mudança da Academia Real das Ciências das casas do Calhariz para o colégio da Estrela pedi os três quartos que ocupava no mesmo edifício o comandante da Guarda Real da Polícia, próximo aos que presentemente ocupa a mesma Academia”. Seguiram-se outras cartas sobre o mesmo assunto, sobre os inconvenientes da construção de um telheiro ou barracão para a Aula de Desenho e Escultura pegado às janelas de salas da Academia “do lado das terras”, o que seria um caminho oferecido a prováveis assaltantes, e sobre outros assuntos, invocando-se sempre a consulta feita ao Dom Abade do Convento.

Em 1832 o governo propôs que a Academia se mudasse para o Palácio do Conde e Barão do Alvito, também conhecido por Palácio da Boavista, fronteiro à praia, no futuro Largo do Conde Barão, edifício do qual seria necessário retirar os numerosos inquilinos e fazer muitas obras, ou para o antigo Convento de Nossa Senhora da Conceição das Carmelitas Descalças ou dos Cardais de Jesus, na Rua Formosa, incomparavelmente melhor do que o anterior e que já “estava desembaraçado”. Houve outras hipóteses, como a do “Palácio onde residiu Luís de Vasconcellos e Souza junto ao Recolhimento dos Cardais de Jesus”. Contudo, por vários motivos, que inviabilizaram essas sugestões, a Academia passou a ocupar espaços no Palácio dos Condes Lumiares, na Rua de São Pedro de Alcântara, anteriormente conhecido por Palácio Andrade e também de Cunha e Menezes, um edifício em estado de ruína “não só de todos os madeiramentos e telhados, mas também alguns frontais, janelas”, etc. e onde havia alguns inquilinos instalados em compartimentos tabicados nos antigos salões.

Em Agosto de 1833, quando se preparava nova mudança, desta vez para São Vicente de Fora, o governo decidiu, finalmente, entregar à Academia instalações no Convento de Jesus de Religiosos da Terceira Ordem de São Francisco. Mais tarde, por Portaria de 16 de Setembro de 1836 cedia-lhe os terrenos devolutos, cobertos de matos de cardais, entre esse convento e o dos Paulistas da Calçada do Combro (fig. 2, A e B), para deles formar um Jardim Botânico. A Academia, desprovida de recursos financeiros e humanos, começou por recusar tais terrenos, mas uma Portaria de 18 de Outubro voltou a insistir na concessão, com a promessa de que seriam providas as verbas necessárias. Promessa incumprida, embora fosse iniciado o Jardim, muitos anos mais tarde a Academia acabaria por perder uma parte dos terrenos da cerca, retirada para a construção do Liceu de Passos Manuel com as suas dependências em 1896-1911, e noutras se foram erguendo edificações diversas. E o bloco complexo do

convento de Jesus teve de o partilhar com outras instituições. Em resumo, a Academia, uma instituição que enriquecia com um património de espécimes de naturezas diversas, com laboratórios e museus, em pouco mais de 50 anos da sua existência teve 7 mudanças, sempre para partes de edifícios deteriorados. Com excepção do Paço das Necessidades e do Colégio da Estrela, não deixa de ser curioso verificar a primazia de localizações na periferia do Bairro Alto (Santa Catarina, Mercês) – o alinhamento Rua do Poço dos Negros, Calçada Combro, Calhariz, e São Pedro de Alcântara – e a centralidade da instalação definitiva no convento de Jesus em relação às anteriores (fig. 3).

Note-se que não foi caso único no contexto europeu porque o mesmo sucedeu com outras Academias congéneres. Basta recordar o caso da veterana *Royal Society* em Londres. Criada, oficialmente, a 28 de Novembro de 1660, a partir de grupos de personalidades que já se reuniam em diversos sítios desde meados dos anos de 1640, em 1661 teve instalações no Gresham College, em 1666 passou para Arundel House, Palácio dos Duques de Norfolk em Londres, em 1710 mudou para Crane Court-Strand, em 1780 para Domerset House, em 1857 para Burlington House-Picadilly e, finalmente, em 1967 para Carlton House Terrace onde continuou até hoje. Dada a sua maior antiguidade, também os intervalos entre mudanças foram maiores que os da Academia das Ciências de Lisboa.

Quanto à parte financeira, alguns episódios dizem muito. Nos primeiros anos a Academia viveu de contribuições dos seus associados, representadas por cotizações anuais, e de donativos, principalmente do Duque de Lafões, e de algumas verbas oferecidas pela Rainha, que em Maio de 1783 lhe concedeu os privilégios de ser Academia Real e de receber a terça parte dos rendimentos líquidos anuais que resultassem da “nova Lotaria do capital de 144 contos de réis estabelecida” por Decreto de 18 de Novembro. Por interrupção dessa lotaria em 27 de Maio de 1797, a Academia voltou a ficar na dependência dos donativos do Duque de Lafões até Novembro de 1799 quando lhe foi prometida a dotação anual de 4.800\$000 réis, a pagar pelo “Cofre do Subsídio Literário, aos quartéis”, consoante as disponibilidades financeiras do Tesoureiro-Mór. Em Novembro de 1822, Alexandre António Vandelli queixava-se que tal verba, “mesmo bem paga”, isto é, atempadamente, não chegava “para as despesas” da instituição. Sucedia até que havia atrasos: desde Agosto de 1820 que a Academia aguardava o pagamento de 10.200\$000 réis, correspondendo a 1.800\$000 (parte de 1820) + 4.800\$000 (anuidade de 1821) + 3.600\$000 (de 1822). A juntar a este total havia ainda a verba de 1.000\$000 rs. a favor da “Instituição Vaccínica”, administrada pela Academia (19).

Outra história que vale à pena recordar registou-a Francisco Trigo de Aragão Morato nas suas *Memórias*. Em certa altura de 1823, por ocasião da discussão do Orçamento de Estado, a direcção da Academia soube que a verba que solicitara fora reduzida para metade. Logo foi convocada uma Assembleia extraordinária dos sócios “para tratar do que se devia fazer naquelas circunstâncias”, reunião que teve a presidência do Infante D. Miguel dado que

desde Abril de 1810, por deliberação da própria Academia, com aprovação régia, ela passara a ter como “perpétuo Presidente um Príncipe de sangue da Augusta Casa de Bragança”. Para que “a Sociedade se não dissolvesse”, consideraram-se “mui pequenas reduções nas despesas”, oferecendo-se os sócios para “suprirem, por seus bens, aquilo que o rendimento não chegasse”. O Príncipe tomou a mesma atitude, por supor que essa seria também a “vontade de seu Pai”. Entretanto, um dos sócios, Cipriano Ribeiro Freire, homem de posses e de importância política, que fora Secretário Encarregado de Negócios em Londres (1774-1791) e o primeiro representante de Portugal em Washington (1794-1799), sentado ao lado de Trigo Morato, fez-lhe saber que estava disposto a suprir “toda a metade da pensão, que nas Cortes haviam tirado”, mas com a “nobre modéstia de pedir” o anonimato. O Rei acabou por ter conhecimento disto e disponibilizou-se a pagar a metade que as Cortes tiravam ao orçamento da Academia (20) e a pedir ao governo que fosse retomada a concessão da verba anterior. E a instabilidade continuou...! Em Outubro de 1834 a dotação foi orçamentada em 6.000\$000 réis, mas passados cinco meses tornou ao valor antigo; em Maio de 1843 a verba foi reduzida para 3.000\$000; em Setembro de 1846 houve um pequeno aumento para 3.600\$000, ficando a quarta parte em Dívida Pública.

*

Segundo o mesmo autor, já no início do primeiro decénio de 1800 a Academia sofria de “crises mui violentas”, que sufocavam “o seu alento” e entorpeciam “o ardor com que se empregava em benefício da Nação /.../; faltavam a esse tempo muitos dos seus antigos membros que, incansavelmente, haviam formado e dirigido o espírito da Sociedade e organizado a sua particular legislação; os Sócios novos a ignoravam inteiramente e eram muitas vezes distraídos dos trabalhos literários a que se deviam aplicar, para indagarem nos casos que ocorriam qual era a lei, qual o costume e observância dos Antigos”, sinal de que nem sequer liam os Estatutos e outra legislação da Academia (21). A crise prolongar-se-ia, pois que em 1820 a Instituição continuava “a decair” sem se saber quando se tornaria “a levantar”. Em 1819 perdera o Secretário, José Bonifácio Andrada e Silva, “homem de grandíssimo talento e instrução, de muita vivacidade, de génio forte e empreendedor, e muito espirituoso e engraçado em sociedade de amigos”, que regressara ao seu Brasil; afastaram-se da Academia Sebastião Mendo (irmão de Francisco Trigo e como ele Vice-Secretário), afligido por muitas maleitas, das quais morreria em 1821, e Alexandre António das Neves (Tesoureiro), “homem de talento e engenho agudo, /.../ de bom senso natural”, nomeado para o cargo de Provedor da Casa da Moeda (22).

No Verão de 1821 José Correia da Serra, com 70 anos de idade, adoentado, estava de regresso a Lisboa depois de cerca de vinte e seis anos de ausência do País. Coberto de honrarias, nomeado Conselheiro da Fazenda e Fidalgo da Casa Real, a 6 de Dezembro retomou o lugar de Secretário da Academia, cargo que ocupou durante pouco tempo pois demitiu-se a 6 de Maio do ano seguinte. Deputado por Beja às Cortes, eleito em 1822, foi-lhe frustrante a curta experiência parlamentar. Sentia-se perdido, estranhava o ambiente nacional dessa época. A 11 de Setembro de 1823 faleceu nas Caldas da Rainha, onde tinha ido procurar alívio para os seus padecimentos.

Em 1826 a situação da Academia não melhorara; continuava a “existir num estado de caquexia” (23) o que levou Francisco Trigoso de Aragão Morato, sempre preocupado com ela, mesmo dando-lhe menos tempo por força das suas múltiplas actividades políticas, a procurar gizar um plano de reforma que incluía a união da Academia com a “Sociedade Promotora da Indústria, que tinha contra si poderosos inimigos, e que estava fechada ao tempo” em que ele entrara para o Ministério. Nada disso foi concretizado.

Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato, falecido bruscamente em Lisboa a 11 de Dezembro de 1838, merece ser lembrado pela sua dedicação à Academia desde que entrou para ela em 1812 e pelo quanto fez na sua defesa, não obstante as ingentes responsabilidades como Lente de Direito Canónico em Coimbra (fez doutoramento com 22 anos de idade), membro de várias comissões, político activo (deputado em diversas ocasiões, presidente de sessões das Cortes, colaboração prestada na elaboração de projectos de Cartas constitucionais e de diversa legislação, como a revisão do regime de foros, da equiparação de pesos e medidas), documentos sobre a reforma do ensino universitário e um estatuto de carreira docente, trabalhos infatigáveis para a regularização de uma herança familiar complicada, etc., Par do Reino, autor de numerosos trabalhos sobre temas jurídicos e de história das instituições, sobre arte e a vida coeva, alguns dos quais incluídos nas colecções da Academia das Ciências de Lisboa.

Diferentemente de José Correia da Serra (1751-1823), que dos seus 72 anos de vida esteve no País apenas cerca de 25, intercalados, Francisco Trigoso de Aragão Morato (1777-1838) viveu aqui os seus 61 anos. Tinha 30 quando a corte partiu para o Brasil e Junot entrou em Lisboa, viveu os tempos difíceis das invasões francesas, assistiu à emergência das ideias liberais, esteve presente e participou em acontecimentos políticos que marcaram os anos de 1820 e as lutas entre liberais e absolutistas, assistiu ao regresso de D. João VI e da corte em 1821, à Vila-Francada, à Abrilada, à morte de D. João VI, aos diversos episódios das guerras civis terminadas com a Convenção de Évora-Monte assinada em 26 de Maio de 1834, consagradora da vitória das forças liberais, e ainda à Revolução de Setembro de 1836, à Belenzada, às reformas de Passos Manuel e à redacção de nova Carta Constitucional.

Nunca deixou de ter a Academia nas suas preocupações (a “minha academia”, era uma frase que repetia frequentemente), até mesmo quando, por pouco tempo, foi Ministro do Reino, de 1 de Agosto a 5 de Dezembro de 1826, por instância da Regente, a Infanta D.^a Isabel Maria. O quanto lhe custou aceitar esse cargo registou-o da seguinte maneira nas suas *Memórias*: “Não sei ainda hoje que funesta celebridade me fez entrar no Ministério, quando eu menos o pensava; não tendo outras relações com a Senhora Infanta D. Isabel Maria, então Regente do Reino, além de a cumprimentar quando a via na companhia de seu Pai, não sei o que moveu Sua Alteza a lembrar-se de mim, para me conferir tão importante cargo; talvez fosse isso insistência dos ingleses, talvez fosse dos nossos *liberais*, que me julgassem de bastante boa fé para implantar em Portugal a nova Carta e para a sustentar com firmeza. Seja o que for, creio que uns ou outros nisso se não enganavam, mas, desenganados brevemente de que eu não tivesse a docilidade necessária para me sujeitar inteiramente ao que de mim exigiam, uns e outros me desampararam” (24).

*

O último tema destas “Nótulas históricas” é sobre a eleição demasiadamente tardia de senhoras para a Academia das Ciências de Lisboa: as duas primeiras, Carolina Michaelis de Vasconcelos (1851-1925) e Maria Amália Vaz de Carvalho (1847-1921) foram eleitas mais de um século depois da criação da instituição, em sessão de 13 de Junho de 1912, com a oposição de alguns sócios menos abertos à presença de sócias. No entanto, no século XVIII, das Luzes, não faltavam em Portugal mulheres ilustres nos vários campos do saber. E hoje sabe-se que uma delas, Teresa de Mello Breyner, 4.^a Condessa de Vimieiro, de nome literário Tirce ou Tirse, teve parte importante na elaboração do projecto de criação da Academia das Ciências de Lisboa e acompanhou com devotado interesse os seus primeiros anos de existência, muito embora o seu nome jamais tenha aparecido nos documentos.

Portugal, como um todo, recebeu tarde o fenómeno das luzes e nele se mantiveram, por muito tempo, as características vincadas do barroco, o que tem levado alguns especialistas da nova ordem a dizerem que o País, no extremo ocidental da Europa, “estava fora da geografia do iluminismo” (25). Contudo as luzes entravam e para a sua difusão contribuíram algumas senhoras de enorme prestígio intelectual que souberam “transgredir” as normas fixadas e defendidas pelos homens, que foram abrindo espaços de possibilidades (ou de probabilidades) em domínios até então inacessíveis às mulheres. Naturalmente que, por motivos óbvios, essa aventura estava reservada a mulheres instruídas e cultas pertencentes a certas classes, da nobreza e da alta burguesia, que tinham acesso a boas bibliotecas, liam e discutiam autores proibidos pela censura, detinham posições sociais de relevo, organizavam e presidiam às “assembleias”

(manifestações de sociabilidade) realizadas em suas casas com certa regularidade.

Procuraram vencer barreiras sociais históricas, da superioridade cultural dos homens, que alguns ilustres iluministas continuavam a defender convictamente. Sirvam de exemplos Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) e Luís António Vernei (1713-1792). Para o primeiro, as mulheres estavam desprovidas da capacidade de criação artística elevada, sobretudo a literária, e por mais esforços que fizessem, aos seus escritos faltavam a profundidade e a chama geniais. E, de uma forma mordaz, acrescentou que tais escritos eram "tous froids et jolis comme elles" (26). Luís Vernei considerava de grande necessidade que as mulheres estudassem porque, principalmente as futuras mães de família, seriam as mestras nos primeiros anos de vida dos filhos e, além disso, como teriam de governar o lar, assumindo a gestão do económico, seria bom que aprendessem algumas ideias de economia. Lendo as suas palavras sobre a "inutilidade da poesia", na 7.^a Carta, fica-se com a impressão que até isso deveria ser vedado às mulheres (e também aos jovens) porquanto a poesia não era "coisa necessária na República", era "faculdade arbitrária e de divertimento, e não havendo a necessidade de fazer versos, ou se hão-de fazer bem, ou é melhor não os fazer" (27).

Dos nomes sonantes de mulheres intelectuais do século XVIII sejam recordados, entre os de muitas outras, os de Teresa Margarida da Silva e Orta, nascida em São Paulo, em 1711, sem títulos ou antecedentes nobiliárquicos, filha de pai enriquecido no Brasil, trazida para Lisboa aos cinco anos de idade e educada no convento da rua das Trinas, autora de *Máximas de virtude e formosura, com que Diofanes, Clymenea e Hemirena, Principes de Thebas, vencerão os mais apertados lances da desgraça* (1752), publicado com o pseudónimo de Dorotea Engrassia Taveda Dalmira (anagrama do seu nome), por muitos considerado como o primeiro romance em português escrito por uma mulher; de Teresa de Mello Breyner (a Tirce ou Tirse), nascida em 1739, Condessa de Vimieiro, escritora e epistológrafa, defensora da aristocracia tradicional, autora de *Osmia* (1788), tragédia em cinco actos premiada em concurso da Academia das Ciências de Lisboa; de Catarina Micaela de Sousa e Lencastre, nascida em 1749, Viscondessa de Balsemão, poetisa, a Safo portuguesa; de Leonor de Almeida Portugal Lorena e Lencastre, nascida em 1750, que passou a maior parte da sua infância e juventude, dos 8 aos 26 anos de idade, enclausurada no convento de São Félix em Chelas, por ser uma Távora, mais conhecida desde 1823 como Marquesa de Alorna (a Alcipe), poetisa e epistológrafa, tradutora ou adaptadora de James Thomson (*As Estações*), Christoph Wieland (o *Oberon*), Oliver Goldsmith, Alexander Pope, Johann W. Goethe, Alphonse de Lamartine, François-René de Chateaubriand. Todas elas também se preocuparam pelos assuntos pedagógicos, da instrução e formação dos jovens, e pelo desenvolvimento do País e bem-estar do povo. Embora monárquicas, tinham perspectivas políticas relativamente diferentes.

Nestas “Nótulas históricas sobre a Academia das Ciências de Lisboa” reservou-se espaço apenas para a segunda, pelos motivos que vêm a seguir. Percorrendo a correspondência de Teresa de Mello Breyner (cerca de 350 cartas preservadas na Biblioteca Pública de Évora e na Torre do Tombo), muitas delas para a sua grande amiga, assim se considerava a destinatária Leonor de Almeida (leiam-se, por exemplo, os seus poemas “A Tirce” e “À delícia da amizade”), numa de 28 de Janeiro de 1781, passado um ano sobre a criação da Academia das Ciências, pode-se ler o seguinte: “Quanto me dizes a respeito da Academia merece mais longa resposta; eu te agradeço por toda ela o interesse que mostras pelo seu progresso, e se os nossos costumes o permitissem, tu, certamente, estavas na lista. Mas as tuas luzes são tais que podem ajudá-la muito comunicar-lhas, que eu fico por que toda a boa gente que a compõe se te mostre agradecida”. As palavras são tão claras que dispensam comentários: só podia escrever assim quem estivesse muito ligada à emergência da Academia.

Teresa de Mello Breyner tinha muito gosto em receber na sua casa, fora das “assembleias”, pessoas com quem mantinha estreito convívio intelectual, entre as quais se contavam o Duque de Lafões, o Visconde de Barbacena e José Correia da Serra, justamente o Presidente, o Secretário e o Vice-Secretário da Academia das Ciências. Em carta de 19 de Novembro de 1780 para Leonor de Almeida escrevia que vivia “quase sempre só” com os seus livros, algum de seus irmãos “e o Duque de Lafões, que alguns momentos aqui passa. É verdade que eles valem por todos os que podiam vir atormentar-nos e oprimir-nos de nadas”. José Correia da Serra, no seu *Elogio* do Conde de Vimieiro, datado de 17 de Janeiro de 1791, atribuiu-lhe a posse de uma das melhores bibliotecas do País, coisa que certamente conhecia bem porque era visita habitual da casa dos Condes. Em carta de Teresa de Mello Breyner a Leonor de Almeida Portugal, de 9 de Março de 1784, aparece o seguinte: “lembrar-te-ás de um Abade protegido do Duque e que vivia muito em minha casa antes de ele chegar. Este” (Correia da Serra, é evidente) “tem um irmão de muito merecimento a quem a Rainha fez agora Capitão-engenheiro”, como terás lido “na *Gazeta*, com o nome Joaquim Correia da Serra” (efectivamente, era irmão de José Francisco, dois anos mais novo do que ele). Quanto ao Visconde de Barbacena, em carta de 3 de Dezembro de 1870 noticiava que “o visconde veio e dilatou-se”, o que pode ter dois sentidos, o de ter feito uma visita demorada, ou o de ter dado informações amplas sobre caso de interesse. Justifica-se o segundo porque, a carta continua com “e nos certificou de que se amiudavam as conferências dos Ministros sobre os processos dos teus e nossos sacrificados” (recorde-se, mais uma vez, que Leonor de Almeida era uma Távora) “e que todos os dias se conhecia mais que o ânimo d’El Rei defunto nunca fora de cometer uma injustiça de tal natureza e de tão graves consequências”.

Não se pode esquecer que Teresa de Mello Breyner mantinha relações pessoais de amizade com D. Maria I e epistolares com frei Manuel do Cenáculo (1724-1814), a quem se ficou a dever, entre muitas coisas importantes, o enriquecimento das Bibliotecas de Évora e do convento de Jesus em Lisboa. Esta

passaria para a posse da Academia das Ciências, constituindo o seu fundo bibliográfico diverso e rico, verdadeira “jóia da Coroa” da instituição instalada no convento a partir de 1833-34.

Teresa de Mello Breyner acompanhava, com interesse e muito comprometimento pessoal, a vida da Academia, como mostra uma carta de 9 de Março de 1789, sempre para Leonor de Almeida: “Eu tomara ver cultivar todo o continente, estabelecer a marinha” (certamente referência a salinas ou a campos para arroz, tendo em conta o que vem a seguir), “e começar, ao menos nos meus dias, /.../ o belíssimo canal desde o Tejo até Guadiana. Projecto calculado, exactamente, por diligência da Academia, e feito com um trabalho e uma exacção digna dos talentos de Mr. de Vallare que, como sócio correspondente, tomou a si este precioso trabalho. Eu dizia ontem no canto do meu Gabinete” (derivado do termo francês *cabinet*), “que se fizesse uma companhia e que eu entrava nela com o fundo das minhas jóias”. Esta disponibilidade de participar no financiamento do projecto, alienando as suas jóias, diz muito do quanto ela se interessava pelo assunto.

Nas pesquisas preliminares efectuadas há alguns meses nos Arquivos da Academia das Ciências ainda não foi possível encontrar o projecto do “belíssimo canal” e quanto ao seu autor (Mr. Valleré), para além de um Guilherme Luís António de Valleré da lista de “Os primeiros sócios da Academia”, publicada por C. Ayres (28) e dado como “oficial de artilharia francês ao serviço de Portugal”, tudo o que foi achado reduz-se a uma pasta com esse nome contendo uma folha onde está assinalada a sua qualidade de sócio correspondente eleito em 22 de Maio de 1780, com passagem a efectivo em 1790. Os documentos pessoais, que existiram, conforme um apontamento a lápis numa simples tira de papel, há muito que estão dados como desaparecidos do processo, o que não constitui caso único.

Noutras fontes, porém, foram aparecendo referências a Valleré. Assim, por exemplo, em cartas de Leonor de Almeida, assinando como Lília, à sua amiga Teresa de Mello Breyner, a Tirse, datadas de Chelas, 10 e 28 de Junho de 1774, e de 24 de Outubro de 1775, é mencionado, por diversas vezes, um “obelisco” considerado “obra lindíssima”, ornado de medalhões e legendas expressivas, da autoria de Louis Antoine de Valleré, mandado construir pelo marido da segunda em sua honra, no jardim da residência do Vimieiro (29). Em 1787 William Beckfort, no seu livro sobre a Corte de D. Maria I, dava conta de ter sido visitado pelo Tenente-coronel G.L.A. Valleré, acompanhado por J. Correia da Serra. Nas *Recordações* de Jacome Ratton aparece a referência a um “Valeré, francês de nação em Elvas”, entre os poucos matemáticos que existiam no País na altura da reforma da Universidade de Coimbra, a par de outro francês, Dalincourt (entretanto falecido), coronel na fortaleza de São Julião da Barra, e de Ferrier, “da nação inglesa, coronel do Regimento de Valença do Minho” e professor de uma Aula de Artilharia que fora frequentada por “José Anastácio /.../, o único português que foi promovido, pelo seu merecimento, a uma das cadeiras de Matemática na reforma da Universidade e pelos Elementos

de Matemática que deixou". Ainda segundo a mesma fonte, antes dessa época "eram as ciências matemáticas tão pouco cultivadas em Lisboa" que precisando ele "de um mestre" que o ensinasse "os elementos de geometria e álgebra", não conseguiu encontrá-lo.

Guillaume-Louis-Antoine de Valleré/Guilherme Luís António de Valleré, de seu nome completo, nasceu a 10 de Março de 1727 em La Ferté-Millon (ducado de Valois), na mesma casa em que nascera Jean-Baptiste Racine em 1639. Depois de estudos em Academias militares, em 1753 veio para Portugal (sete anos antes da chegada do conde de Lippe) e aqui viveu o resto da sua vida até 1796, ano da sua morte ocorrida a 12 de Maio. Sócio da Academia das Ciências de Lisboa, primeiramente como correspondente, eleito em 1780, e depois como efectivo em 1790, cerca de dois anos depois do falecimento teve longo "Elogia histórico /.../ recitado na sessão pública da Academia Real das Ciências de Lisboa, de 20 de Janeiro de 1798, por Francisco de Borja Garção Stockler, secretário da mesma Academia, membro da Sociedade Philosophica de Philadelphia, ...", documento manuscrito que existe nos Arquivos da Academia e que foi reproduzido, na íntegra, pela filha de G.-L.-A. de Valleré, Maria Luíza de Valleré, no seu livro bilingue publicado em Paris, 1808, *Elogio Histórico de Guilherme Luiz António de Valleré/Éloge historique de Guillaume-Louis-Antoine de Valleré. Publicado de novo, com várias Anotações, Anedoctas da sua vida, e a Refutação do que se acha escrito na Biblioteca Britanica acerca della* (30). O livro inclui uma gravura a negro de G.L.A. de Valleré, desenhada, ao que se julga, por um colaborador do famoso gravador e pintor Francesco Bartolozzi que viveu em Portugal de 1802 a 1825, tendo falecido neste ano, em Lisboa, com 90 anos de idade. A gravura original, com 131x99 mm, de data desconhecida, pertencente à coleção da Sociedade Martins Sarmiento/Casa Sarmiento, Guimarães, tem a seguinte inscrição: "General De Valleré / Il vécut vertueux et mourut sans remords".

Através do Elogio feito por Francisco Stockler e do livro de M.L. de Valleré torna-se possível reconstituir a vida e a obra notável de G.L.A. de Valleré em Portugal, como militar e engenheiro civil, das quais aqui se apresentam, muito resumidamente, algumas informações. Capitão no Regimento de Artilharia n.º 3 em Estremoz em 1757; Tenente-coronel, Brigadeiro (desde 1767) e Comandante do mesmo Regimento entre 20 de Outubro de 1762 e 17 de Março de 1789; Marechal de Campo e comandante do Regimento de Artilharia n.º 1 da Corte em São Julião da Barra de 17 de Março de 1789 a 13 de Junho de 1791. Dirigiu a reconstrução ou construção de várias praças fortes do Alentejo, nomeadamente o forte da Graça ou forte de Lippe, tendo substituído o Eng.º Etienne.

Como engenheiro, foi responsável por estudos e obras enumeradas por sua filha no livro anteriormente referido, das quais se citam apenas alguns exemplos. Em 1785 ganhou o prémio de concurso aberto pela Academia das Ciências ("Classe das Ciências de Cálculo e Belas Letras") para "Um plano

calculado para fazer navegável algum rio ou canal, que facilitasse a comunicação e comércio no interior do Reino de Portugal”, anunciado em Sessão pública de Janeiro. Neste plano talvez se possa inserir o projecto do “belíssimo canal” entre o Tejo e o Guadiana referido em carta de D.^a Teresa de Mello Bryner, mas por ora fica apenas a sugestão até se encontrarem os documentos. Em 1788 foi encarregado pelo governo de reparar os estragos que uma aluvião de cheia do Mondego provocara na ponte de Coimbra e de remediar algumas quebradas que danificavam o campo do Bolão, e ainda a de estudar a possibilidade da navegabilidade do Mondego pela reunião de todas as suas águas num só canal em tempos de Verão. Procedeu a estudos de regularização das barras de vários portos do País. Em nota de rodapé da página 52 do livro de Maria Luísa de Valleré lá vem a referência a “uma fonte e obelisco na quinta que os condes de Vimieiro têm na vila deste nome, cuja fábrica teve princípio em Janeiro de 1775”, de autoria de seu pai.

Voltando a Teresa de Mello Breyner, ela era uma mulher decidida que, em muitos casos, duvidava das iniciativas dos políticos, como transparece de uma carta de 28 de Janeiro de 1781 para Leonor de Almeida: “... afirmo-te que o entusiasmo próprio da Nação está tão vivo numa porção de homens que me parece se veriam hoje, em a Rainha abrindo a boca de um certo modo, milagres semelhantes àqueles de que a crítica duvida nas mossas histórias”. Já antes, em carta de 11 de Dezembro de 1780 se queixava de que “temos tanta necessidade desta qualidade de operações, que não podemos ver com indiferença começá-las; é uma das razões porque me aborrece (tardar) a conclusão do meu negócio, é porque tarda assim a execução de um projecto do Conde” (certamente de Vimeiro) para facilitar alguns trânsitos da nossa Providência: faríamos boas coisas, dando-se as mãos ele, o Duque” (sem dúvida o de Lafões), ambos com as mesmas ideias, e com igual desinteresse” (subentende-se aqui desinteresse material ou outro semelhante) “e amor ao Estado”.

Não se coibia de incentivar o apoio da amiga, como escrevia em 28 de Dezembro de 1788: “vai politicando. Aproveita-te da amizade e antigo conhecimento de Balsemão”, referindo-se a Luís Pinto de Sousa Coutinho, marido de Catarina Micaela de Sousa e Lencastre, figura importante, Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (15 de Dezembro de 1788 a 6 de Janeiro de 1801 e novamente, nos quatro meses finais de 1803), tendo ocupado, anteriormente, os cargos de Capitão General e Governador da Capitania de Mato Grosso (1769-1772), e de Ministro Plenipotenciário em Londres e em Madrid. Foi durante o seu primeiro ministério que se criou a Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho (1790)

Teresa de Mello Breyner não teve o seu nome na lista dos que assinaram o pedido de aprovação do Plano de Estatutos da Academia das Ciências de Lisboa, mas em 1788 foi a galardoada (anónima) com o prémio da instituição, uma medalha em ouro no valor de 50.000\$000 réis, atribuído ao drama *Osmâa. Descendente dos antigos capitães da Lusitânia, Princesa dos Turdetanos e Esposa de*

Rindaco, capitão dos Vetões, uma das três obras apresentadas a um Concurso aberto pela Academia em Maio de 1785.

A história conta-se em poucas palavras, com base na Acta da Sessão de 12 de Agosto de 1788 e na declaração assinada por José Correia da Serra, no dia seguinte, como Secretário da Academia, impressas nas páginas iniciais da edição feita pela própria Academia. Das três obras concorrentes, *D. Maria Telles* (de Menezes), o drama da irmã de Leonor de Teles, escrito por Luís José Correia de França e Amaral, (1725-1808, o Melizeu Cylenio ou Meliseu Silenio), *Lauso*, do presbítero secular Henrique José de Castro (1764-1829), e *Osmîa*, ainda que a segunda tivesse merecido algumas palavras de louvor, a vencedora foi a terceira, “pela sua versificação mais igual, pela unidade da acção e pelos caracteres das pessoas se conservarem fielmente até ao fim da catástrofe”.

A segunda seria publicada em 1790 pelo autor, doutorado em Teologia pela Universidade de Coimbra, com dedicatória ao Bispo de Beja e um prólogo assim redigido: “Esta é a tragédia sobre que a Academia Real das Ciências fez o seguinte juízo, publicado em um folheto impresso e concebido neste termos: outra tragédia, cujo título *Lauso* e a epígrafe *Discite justitiam moniti, & non temnere Divos*, julgou a Academia ‘digna de louvor por alguns rasgos poéticos e cenas bem trabalhadas, as quais fazem esperar que o Autor poderá algum dia dar mais perfeitas composições’. Depois desta judiciosa crítica, não devo privar a Nação de uma obra que em parte mereceu os louvores de uma tão respeitável corporação de rectíssimos Sábios”.

Quanto à terceira, *Osmîa*, na Assembleia de 13 de Maio, para a apresentação dos resultados e o anúncio da obra “coroadá”, a Academia foi surpreendida, ao abrir o “bilhete” que acompanhava o texto, pelo facto de não haver indicação do nome do autor, “que não quis ser conhecido”, mas apenas o pedido para que o valor do prémio fosse dado à Memória que melhor achasse. Em face disto a Academia decidiu transferir o prémio para um concurso extraordinário a ser julgado em 4 de Julho de 1791. Claro que mais tarde se veio a saber quem era a autora.

À autoria de *Osmîa* tudo leva a crer que se poderá juntar a de *Ideia de um Elogio histórico de Maria Teresa Arquiduquesa de Áustria /.../ escrita em francês por M.M.* (iniciais atribuídas a uma Marie-Caroline Murray), publicação feita em Lisboa, em 1781, e anunciada por Teresa de Mello Breyner, em carta de 19 de Agosto a Leonor de Almeida, então em Viena com o marido, o conde de Oyenhausen, como uma tradução sua de um original em francês publicado em Bruxelas também no mesmo ano. A carta contém um verdadeiro jogo de palavras muito ao gosto da época, fértil na publicação de textos sem autor, ou substituído este por pseudónimos ou acrónimos. No primeiro caso não eram invulgares os “anonimatos que deixavam rastros”. Leia-se a carta (as palavras originais estão entre aspas), na qual foram intercaladas hipóteses de pequenos esclarecimentos (entre parênteses): “Pelo correio te mandarei uma tradução do Elogio de Mle. Murray à Imperatriz, uma das tuas amigas o traduziu” (repare-

se que aqui não diz qual a amiga...), “e uma chocalhice” (entenda-se, num acto de bisbilhotice) “do Duque” (só pode ser de Lafões) “o fez imprimir, mas esta tua amiga, que jamais quis aparecer como letrada, não quis pôr o seu nome na coisa mais insignificante que tem saído da sua pena” (repare-se que a *Ideia de um Elogio* é de 1781, isto é, de oito anos antes de *Osmâ*, cuja autora, Teresa de Mello Breyner, preferiu o anonimato).

Felizmente que se vão conhecendo muitas coisas novas graças às pesquisas e às numerosas publicações que, em tempos recentes, têm sido levadas a cabo por vários especialistas nacionais e estrangeiros, entre os quais é justo destacar dois grupos de investigadores, um em Portugal e o outro em Espanha, mais propriamente, na Galiza. No nosso País, o grupo ligado às Casas de Fronteira e Alorna, que tem estado a estudar e a publicar documentos com vista à edição crítica da obra de Leonor de Almeida Portugal, a Alcipe (31); e na Galiza o de um projecto da Universidade de Santiago de Compostela, intitulado “Mulheres Portuguesas do Iluminismo do século XVIII”, sob a direcção de Elias J. Torres Feijó (32). Relativamente a Teresa de Mello Breyner, é deles a afirmação que ela também foi “promotora e apoiante da fundação da Academia das Ciências em 1779 e que, anos mais tarde, graças aos seus esforços, a Academia se tornou na Academia Real das Ciências sob a protecção da Rainha” D. Maria I. Representa uma perspectiva nova que, juntamente com outras formuladas por estudos recentes, terá de ser tida em consideração quando for elaborada uma boa História da Academia das Ciências de Lisboa, dignificadora de uma instituição que existe há mais de duas centúrias muito ricas em acontecimentos e que é detentora de um espólio valiosíssimo carecido de condições financeiras e humanas favoráveis para a sua manutenção, o seu estudo e divulgação.

*

NOTAS:

A reprodução deste trabalho ou de partes dele carece de autorização do Autor, contactável em idoamaral@hotmail.com

Na listagem que se segue, no caso de obras antigas foram conservadas, tanto quanto possível, as redacções originais, como sucede logo na primeira.

1. *Recordações de Jacome Ratton, Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Christo, ex-Negociante da Praça de Lisboa, e Deputado do Tribunal Supremo da Real Junta do Commercio, Agricultura, Fábricas, e Navegação, sobre Occurrencias do seu tempo em Portugal, durante o lapso de Sesenta e Tres*

- Annos e Meio, alias de Maio 1741 a Setembro de 1810, que rezidio em Lisboa: acompanhadas de algumas subsequentes reflexoens suas, para informaçoens de seus proprios Filhos. Com documentos no fim.* Londres, Impresso por H. Bryer, Bridge-Street, Blackfriars, 1813, 450 p.+Index. A citação desta nota foi tirada de p. 337; há outras, devidamente referenciadas, da mesma obra.
2. *Abade José Correia da Serra. Documentos do seu Arquivo (1751-1795). Catálogo do Espólio. Compilação e Textos Introdutórios de Michael Teague. Tradução do Inglês de Manuela Rocha.* Lisboa, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 1997, 100 p.+1 fig.; citação tirada de p. 14.
 3. *Cartas lidas em transcrições no volume II de António Faria, Conceção de História e Prática política: o Abade Correia da Serra (1751-1823).* Lisboa, Dissertação de Mestrado, policopiada, apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1999, volume I, 290 p.; grosso volume II, Apêndice Documental, sem numeração de páginas..
 4. Transcrições de documentos originais arquivados na Torre do Tombo feitas em várias obras, como Simão José Luz Soriano, *História da Guerra Civil e estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal compreendendo a história diplomática, militar e política d'este Reino desde 1777 até 1834.* Lisboa, Imprensa Nacional, 1866-1890, 19 tomos, utilizadas citações dos 3 primeiros tomos; também em Graça e J.S. Silva Dias, *Os Primórdios da Maçonaria em Portugal.* Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1980, Volume I, Tomo I, diversas páginas; e parcialmente em *As Farpas (1876-1882).* Lisboa, Livraria Clássica Editora, *Obras Completas de Ramalho Ortigão. Edição Integral,* 1946, XV, pp. 135-141.
 5. D. João Carlos de Bragança e Ligne de Sousa Tavares Mascarenhas da Silva, 2.º Duque de Lafões, etc.; Domenico ou Domingos Vandelli, Professor e investigador, proveniente de Pádua; D. Luís António Furtado de Castro do Rio de Mendonça e Faro, Visconde de Barbacena; Theodoro d'Almeida, Padre da Congregação do Oratório de São Filipe Neri, filósofo e escritor; Joaquim de Foyos, da Congregação do Oratório de São Filipe Neri, escritor, estudioso da poesia bucólica dos poetas portugueses; João Faustino, padre; Pedro José da Fonseca, Professor de Retórica, Poética e História do Real Colégio dos Nobres; Bartolomeu da Costa, Fidalgo da Casa Real e Militar; D. João de Almeida de Portugal, 2.º Marquês de Alorna, 4.º Conde de Assumar; o Principal D. Domingos J. de Assis Mascarenhas, Principal da Sta. Igreja Patriarcal; Gonçalo Xavier de Alcáçova Carneiro, Escritor e Secretário da Academia Real da História Portuguesa; José Corrêa da Serra, Abade e Investigador.
 6. Utilizada a transcrição do registo do *Aviso* no Livro de Assentos da Academia das Ciências de Lisboa, 1780, Tomo I, livro 154 B (Reservado), não tendo sido possível encontrar o documento original.
Segue-se o *Plano de Estatutos, em que convierão os primeiros sócios da Academia das Ciências de Lisboa, com Beneplácito de Sua Magestade.* Lisboa,

- Na Regia Officina Typografica, Anno M.DCC.LXXX, Com licença da Real Meza Censoria, 14 p.
7. Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato, *Collecção Systematica das Leis e Estatutos por que se tem governado a Academia das Sciencias de Lisboa, desde o seu estabelecimento até ao tempo presente. Mandado imprimir por Resolução da Assembleia Extraordinária de Effectivos de 13 de Junho de 1812, para ser distribuída por todos os Sócios; e segunda vez approvada e mandada publicar, do mesmo modo por que foi compilada, por determinação da Assembleia de Concelho de 12 de Janeiro de 1815*. Lisboa, Na Typografia da mesma Academia, 1822, 76 p.
 8. Idem, *idem*.
 9. Idem, *idem*.
 10. Existe vasta bibliografia, da qual apenas se citam dois trabalhos de síntese de grande interesse: o já clássico Jean François Sarrailh, *La España ilustrada de la segunda mitad del siglo XVIII*. México e Madrid, Fondo de Cultura Económica, 1972, 784 p. (1.^a edição, em francês, 1958); e Richard Herr, *The Eighteenth Century Revolution in Spain*. Princeton, Princeton University Press, 1973, 484 p. E, naturalmente, “Las Sociedades Económicas de Amigos del País”, *História de España. La Época de la Ilustración. El Estado y la Cultura (1759-1808)*. Madrid, Esapasa-Calpe, 1988 (2.^a edição), Tomo XXXI, 1.^a Parte - “Ilustración Europea y Ilustración Española”, Cap. II, pp. 13-56.
 11. Em manuscrito, existente na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, *Collecção de Cartas do Illmo. Exmo. Snr. Luis António de Castro do Rio Furtado de Mendonça Conde de Barbacena e Illmo. Snr. Abade Correa da Serra dirigidas a Domingos Vandelli com.º na Ordem de Cristo, Lente de Prima Jubilado na Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra, Director do Real Museo e Jardim Botânico do Paço da Ajuda, que contem algumas notícias sobre a fundação e primeiros anos da Academia Real das Sciencias de Lisboa. He de Alexandre António Vandelli*. São 84 cartas ou memorandos, sendo o último documento de 22 de Maio de 1788, de José Correia da Serra. Tais documentos foram transcritos por Christovam Ayres, Secretário-Geral, em *Para a História da Academia das Ciências de Lisboa*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1927, 544 p.; as transcrições, com algumas gralhas, estão em pp. 50 a 94 e repetidas noutras páginas.
 12. Pedro Vilas Boas Tavares, “Manuel Gomes de Lima Bezerra: o discurso ilustrado pela dignificação da cirurgia”. *Península. Revista de Estudos Ibéricos*, 2008, 5, pp. 83-91.
 13. A *Oração* e duas cartas, de um “O Dr. Que nada lhe escapa”, estão transcritas em C. Ayres, *Obra cit.* na nota (11), pp.97 a 121.
 14. Carta manuscrita de José Bonifácio Andrada e Silva, datada de Friburgo, 15 de Outubro de 1792, contida na colecção de manuscritos oferecida pela FLAD aos Arquivos Nacionais-Torre do Tombo, documento B-50.
 15. Jean-Barthélémy-François Carrère, *Tableau de Lisbonne en 1796. Suiivi de Lettres écrites de Portugal sur l'état ancien et actuel de ce Royaume*. Paris, H.J. Jansen, 1797 (An. VI), 443 p.

16. James Cavanah Murphy, *A General View of the State of Portugal, containing a Topographical Description thereof, in which are included an account of the Physical and Moral state of the Kingdom together with observations on the Animal, Vegetable and Mineral productions of the Colonies. The whole compiles from the best Portuguese writers, and from notices obtained in the Country.* Londres, T. Cadell and W. Davies, 1798, 2 volumes.
E do mesmo autor, *Travels in Portugal, through the Provinces of Entre Douro e Minho, Beira, Estremadura and Além Tejo in the years 1789 and 1790, consisting of observations on the Manners, Customs, Trade Public buildings, Arts, Antiquities, etc. of that Kingdom.* Londres, A. Strahan, and T. Cadell jun. and W. Davies (successors to Mr. Cadell), 1795, 311 p.; tradução francesa em 1797; edição portuguesa *Viagens em Portugal.* Lisboa, Livros Horizonte – Coleção Memórias de Portugal, 1998, 320 p.
17. *Carta escrita (1747-1749) pelo grande D. Luís da Cunha ao Senhor D. José I antes do seu Governo, no fundo um resumo parcial das célebres Instruções para Marco Aurélio de Azevedo Coutinho.*
18. Utilizados C. Ayres, *Para a História da Academia das Ciências de Lisboa.* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1927, pp. 9-10 e outras; Norberto de Araújo, *Peregrinações em Lisboa.* Lisboa, Vega, 1992, 2.^a edição Livro V; plantas urbanas antigas e imagens de satélite com as localizações da Academia, e observações feitas no terreno.
19. Elementos recolhidos em C. Ayres, *Obra cit.*, pp. 472-473.
20. Relatado em pp. 166-167 de Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato, *Memórias de ... Começadas a escrever por ele mesmo em princípios de Janeiro de 1824 e terminadas em 15 de Julho de 1835. Revistas e coordenadas por Ernesto de Campos de Andrade.* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1933, 299 p.
21. De pp. 64-65 de F.M. Trigoso de Aragão Morato, fonte anterior.
22. De pp. 64-65, idem, *idem*.
23. De p. 189, idem, *idem*.
24. De p. 243, idem, *idem*.
25. Ernest Cassirer, *Filosofia de la Ilustración.* México, Fondo de Cultura Económica, 1975; e Franco Venturi, "Was ist Aufklaerung? *Sapere Aude*", *Rivista Storica Italiana*, 1959, LXXI, texto retomado em francês, "*Sapere aude!*", em *Europe des lumières. Recherches sur le XVIIIe. Siècle.* Paris, Mouton, 1971, pp. 35-47, e em português, *Utopia e Reforma.* São Paulo, Edusc, 2003.
26. Jean-Jacques Rousseau, *Oeuvres completes.* Paris, Gallimard, 1995, V, pp. 44 e 94-95.
27. Luís António Vernei, *Verdadeiro Método de Estudar, para ser útil à República e à Igreja: proporcionado ao estilo e necessidade de Portugal exposto em várias cartas, escritas polo R.P. ... Barbadinho da Congregassam de Itália ao R.P. ... Doutor da Universidade de Coimbra.* Valensa |Nápoles|, Officina de Antonio Balle, MDCCXLVII, II, pp. 239-40.
28. C. Ayres, *Obra cit.*, p. 125.

-
29. Vanda Anastácio (organização), *Cartas de Lília a Tirse (1771-1777)*. Lisboa, Edições Colibri. Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, Cadernos Culturais, Série Manuscritos 1, 2007.
 30. Maria Luísa de Valleré, *Elogio Histórico de Guilherme Luiz António de Valleré. Publicado de novo, com Anotações / Éloge Historique de Guillaume Louis Antoine de Valleré* Paris, Firmin Didot, 1801 (edição bilingue).
 31. Além do anterior, Aníbal Pinto de Castro, José Esteves Pereira, Maria Manuela Delille, Teresa Sousa de Almeida (coordenação), *Alcipe e as Luzes*. Lisboa, Edições Colibri. Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, Cadernos Culturais 1, 2003. E também Nuno Gonçalo Monteiro, Teresa Sousa de Almeida, Vanda Anastácio (coordenação e orientação), *Correspondências. Usos da Carta no Século XVIII*. Lisboa, Ide., ide., Cadernos Culturais, 3, 2005.
 32. Da já imensa bibliografia do grupo da Galiza são referidos Elias J. Torres Feijó, "Ad maiorem gloriam ... feminae: Enlightened Women and the Introduction of Models in Portugal during the Second Half of the Eighteenth Century", *Portuguese Studies*, 2004, 20, pp. 73-88; Raquel Bello Vázquez, *Uma certa ambição de glória. Trajectória, redes e estratégias de Teresa de Mello Breyner nos campos intelectual e do poder em Portugal (1770-1798)*. Santiago de Compostela, Tese de Doutoramento, 2005; Raquel Bello Vázquez, "Lisbon and Vienna: the Correspondence of the Countess of Vimeiro and her Cercle", *Portuguese Studies*, 2004, 20, pp. 89-107.